

## Orçamento da UFRGS: uma tragédia em três atos

Diogo Demarco, Pedro Costa e Marcia Barbosa

Depois de uma proposta com o aval do Executivo Federal em 2024 de que o orçamento das Universidades Federais poderia ter um reajuste que pelo menos compensasse a inflação, o Congresso Nacional em março deste ano surpreende a todos com a supressão deste reajuste, o que na UFRGS foi equivalente a um corte de 8,5 milhões. Os cortes afetaram o MEC em sua integralidade, inviabilizando que o mesmo fizesse algum movimento compensatório. Este primeiro ato da tragédia piora, mas não inviabiliza o funcionamento da UFRGS. Representa o último furo de um cinto que já estava muito apertado.

Até a aprovação do orçamento em 20 de março, a UFRGS vinha recebendo mensalmente 1/12 do orçamento de custeio previsto no Projeto de Lei Orçamentária de 2025 (PLOA). Apesar de muito apertado, este valor permitia pagar mensalmente nossas maiores contas fixas: terceirizados, assistência estudantil, subsídio das refeições servidas nos Restaurantes Universitários (RUs), despesas compulsórias (água, luz, telefonia, manutenção de veículos) e bolsas. Estas rubricas somam “cerca” de 16,5 milhões por mês. Em abril, para equalizar a diferença entre a expectativa no projeto de lei (194 milhões) e o que foi aprovado pelo Congresso (185 milhões), o governo repassou 1/18 do orçamento de custeio previsto no PLOA.

No apagar das luzes do mês de abril o governo federal emite o Decreto 12.488 que dispõe sobre a programação de execução orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para este ano, no qual define que ao invés de desembolsos mensais, os recursos das Instituições Federais seriam repassados em três parcelas: 15% até maio, 32% entre junho e novembro e 53% até dezembro. Os compromissos da UFRGS são mensais! O valor de 15% cobre um mês e meio destes compromissos. A UFRGS em uma reação responsável alertou que teríamos que entrar em um regime de limitação de investimentos, tentando preservar terceirizados, compulsórias, bolsas e o RU. Este segundo ato da tragédia é muito ruim, pois inviabiliza o funcionamento da UFRGS a partir de julho se o segundo repasse não vier naquele mês.

Ainda em maio o governo fez mais um movimento, zera o limite de empenhos o que impede a realização de novos gastos. Na prática isto significa que mesmo com os recursos previstos no orçamento, não é possível gastar. Este terceiro ato da tragédia viola a autonomia universitária. Cientes desta questão, reitores e reitoras se manifestaram via Andifes e em movimentações próprias com a esperança de que iremos reverter esta situação. O silêncio dos Ministérios da Fazenda, da Gestão e da Inovação dos Serviços Públicos, Planejamento e Orçamento e da Casa Civil é ensurdecedor.

Como um país que tem ampliado o número de pessoas empregadas e a renda dos trabalhadores precisa cortar drasticamente recursos da educação? Para buscar

respostas a essa e outras perguntas, dia **28 de maio** a UFRGS promoverá o **DIA DE MOBILIZAÇÃO PELO FINANCIAMENTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**. O evento que ocorre no Centro Cultural da UFRGS visa debater o orçamento federal como um todo e encerra com a apresentação do orçamento da UFRGS, que foi aprovado em março deste ano. Com isso se pretende não apenas ampliar a transparência em torno do orçamento da nossa universidade, mas, sobretudo, democratizar o conhecimento sobre os fundos públicos e a importância dos mesmos na garantia de direitos, no exercício da cidadania e na construção de um projeto inclusivo e soberano de nação.